TCE EM PAUTA

ANO XXII | Nº 116
MAIO A JUNHO / 2018
NATAL/RN

TCE RN
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Página 05

RESIDÊNCIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Universitários e técnicos apresentam projetos para execução no TCE

INFORMAÇÕES PARA O IEGM
Página 03

ENCONTRO EM MARTINS
Página 04

ACCOUNTABILITY VIRTUAL
Página 09

"CONTROLE" NA CIENTEC
Página 12

tce_rn tcedorn tce.rn.gov.br

Concurso Público

A Prefeitura de Parnamirim suspendeu temporariamente o concurso público que foi aberto com 1.283 vagas - a maioria na área da Saúde. De acordo com o procurador-geral do Município, Fábio Pinheiro, a suspensão ocorre até que o município comprove ao Ministério Público de Contas do Estado que as nomeações dos futuros aprovados não vão causar descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O município atendeu ao Ofício nº 014/2018, do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE), que apura se o concurso causaria descumprimento da LRF. De acordo com um Termo de Ajustamento de Gestão (TAG) assinado pela procuradora do Ministério Público de Contas, Luciana Ribeiro Campos e o prefeito de Parnamirim, Rosano Taveira, em 2017, medidas foram adotadas pelo Executivo municipal para que gastos com pessoal fiquem abaixo do limite de 48,6%.

Parceria Ampliada

O Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN) vai ampliar as parcerias que mantém com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Norte (Crea-RN). O acordo foi firmado durante vista da presidente do Crea-RN, Ana Adalgisa Dias Paulino ao presidente da Corte de Contas, Conselheiro Gilberto Jales.

Eles acertaram a renovação e ampliação do atual convênio que permite o acesso de um representante do TCE ao sistema do Crea-RN para acompanhar a existência de ART's em obras públicas. Agora, o Tribunal irá colocar à disposição do Conselho o Siai - Sistema de Informações de Auditoria Integrada - com o objetivo de acompanhar os projetos de elaboração e execução de todas as obras públicas executadas pelo governo do estado e municípios.

"A troca de informações será importante para o trabalho das duas instituições. O acesso aos sistemas dará mais agilidade e transparência na análise dos processos", disse a presidente Ana Adalgisa.

O presidente do TCE demonstrou sua preocupação quanto à questão das obras inacabadas. "Uma obra sem manutenção oferece risco e ao mesmo tempo um custo maior para recuperá-la", disse Gilberto Jales.

O superintendente do Crea-RN, Claudionaldo Câmara e o Chefe da Inspetoria do Controle Externo do TCE, José Monteiro Filho participaram do encontro. Ao final eles visitaram o setor de engenharia do TCE que conta hoje com 13 profissionais.

HORÁRIO DAS SESSÕES

A realização das sessões está sujeita ao calendário de feriados e recessos

1ª CÂMARA	2ª CÂMARA	PLENO
quintas-feiras | 9h	terças-feiras | 9h	terças e quintas | 10h30min

GEOCONTROLE

O Tribunal de Contas da União (TCU) vai ser pioneiro entre as Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS) em todo o mundo no uso de imagens de satélites para atuar no controle dos gastos públicos. O chamado "geocontrole" vem sendo estudado pelo TCU em dois pilares: um voltado para a tomada de decisão, que é a Análise Multicritério Espacial, e outro voltado para o acompanhamento de execução de políticas públicas, de obras, colhendo dados para verificar a necessidade ou não de realização de uma auditoria.

MEIO AMBIENTE

A Semana do Meio Ambiente foi celebrada no TCE/RN com a realização de uma feira de artesanato, com apresentação de peças de artistas de vários estados do País e também de alguns países da África.

A ação, realizada pelo Setor de Sustentabilidade, veio somar aos esforços que tem sido feitos na implementação de projetos como da Feira Orgânica, nas sextas, e da Sala Verde.

Comemorado em 5 de junho, o dia do meio ambiente foi criado pela Organização das Nações Unidas como um alerta para que se possa buscar soluções de cuidado com a natureza.

Entre os itens avaliados, destaque para as dimensões de saúde e educação

DE OLHO NOS RESULTADOS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

O Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN) iniciou, no último dia 11 de junho, as visitas técnicas nos municípios do RN para validar as informações obtidas através do questionário do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM,) referentes aos dados de gestão do exercício de 2017.

A ferramenta sistematiza informações em sete áreas da gestão pública dos municípios (Educação; Saúde; Planejamento; Gestão Fiscal; Meio Ambiente; Cidades Protegidas; Governança em Tecnologia da Informação.) e tem por objetivo evidenciar a correspondência entre as ações dos governos e as exigências da sociedade e mensurar a eficácia das políticas públicas municipais.

Ao contrário do ano passado onde apenas 32 municípios foram validados, neste ano a validação dos dados acontece em todos os municípios potiguares. Foi definido um cronograma de validação das respostas encaminhadas pelas prefeituras. As datas de visitas para validação serão previamente agendadas pela Diretoria de Administração Municipal do TCE com o gestor de cada município. As dimensões a serem validadas no exercício 2017 serão Educação e Saúde. Desde o inicio dos trabalhos, 25 municípios do Rio Grande do Norte já foram validados.

Os resultados relativos a 2016 do Índice de Efetividade de Gestão Municipal (IEGM) mostraram piora na efetividade das políticas públicas dos municípios do RN

O TCE alerta as prefeituras que o prazo para o envio dos questionários relativos ao Índice de Efetividade de Gestão Municipal terminou no dia 30 de maio, e que aqueles que ainda não finalizaram e enviaram as respostas, já estão com pendências na emissão de certidão tribunal de contas. O preenchimento dos questionários eletrônicos é obrigatório e o não envio do questionário do IEGM pode resultar também em multas pessoais para os gestores.

As prefeituras que tiverem alguma dúvida quanto ao envio do questionário, podem entrar em contato com a Diretoria de Administração Municipal - DAM através do Telefone 3642-7339.

IEGM - 2016

Os resultados relativos a 2016 do Índice de Efetividade de Gestão Municipal (IEGM) mostraram piora na efetividade das políticas públicas dos municípios do RN. Os índices dos municípios ficaram abaixo da média nacional. De acordo com os dados apresentados no ano passado pelo presidente do TCE, conselheiro Gilberto Jales, a média dos municípios do RN havia recuado de 0,51 para 0,49, numa escala de 0 a 1.

ENCONTRO REGIONAL EM MARTINS

Encontros orientam gestores municipais em todo o Estado

O Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN) adiou para os dias 08 e 09 de agosto o encontro regional no município de Martins, anteriormente programado para os dias 11 e 12 de julho. O evento, realizado pela Escola de Contas, será o último de 2018 voltado para orientação de gestores sobre a ordem cronológica de pagamento e vai reunir representantes de mais de 30 cidades da região do Alto Oeste potiguar.

A mudança se deu em função da coincidência de datas com uma sessão plenária aprazada para o mesmo dia da abertura do evento, e foi definida em consonância com os parceiros Femurn e Fecam. As inscrições continuam abertas e podem ser realizadas no site do Tribunal, no link http://www.tce.rn.gov.br/EscolaContas/Inscricoes.

Também ficam mantidas as inscrições já realizadas até agora, bem como o local do evento, no auditório do hotel Chalé Lagoa dos Ingás, Rua Trinta e Um de Março, 176 – Camboa, Martins, RN.

Com o tema "Execução da despesa pública orçamentária e financeira sob a ótica da ordem cronológica de pagamentos", o encontro vai contar com palestras e exposições participadas, apresentação da cartilha 'Conhecendo o TCE', que traz informações sobre estrutura, orçamento, e resultados da atuação do TCE -RN, e informações sobre atuação e controle externo, orientação e debates.

Devem participar do evento prefeitos e presidentes de câmaras dos municípios de cada pólo e seus assessores (preferencialmente servidores que atuem na área orçamentária e financeira).

Em Martins o encontro acontece no Chalé dos Ingás, na rua Trinta e Um de Marco, Camboa, 176. Outros três encontros já foram realizados este ano, nos municípios de Parnamirim (foto), Santa Cruz e Mossoró.

SERVIÇO

EXECUÇÃO DA DESPESA PÚBLICA SOB A ÓTICA DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

DATA: 08 E 09 DE AGOSTO DE 2018

LOCAL: R. Trinta e Um de Marco, 176 - Camboa, Martins - RN, 59800-000

CARGA HORÁRIA: 12 HORAS/AULA

HORÁRIO:

DIA 01 - DAS 8HS ÀS 18HS

DIA 02 - DAS 8H ÀS 13HS

PÚBLICO ALVO: PREFEITOS E PRESIDENTES DE CÂMARAS E SEUS ASSESSORES (PREFERENCIALMENTE SERVIDORES QUE ATUEM NA ÁREA ORÇAMENTÁRIA/FINANCEIRA)

RESIDÊNCIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Alunos da Residência apresentam programas que estão desenvolvendo no curso

Universitários do programa de Residência em Tecnologia da Informação, fruto de uma parceria entre Tribunal de Contas do Estado e Instituto Metrópole Digital da UFRN, fizeram a apresentação do andamento dos projetos em execução. Foi o segundo workshop para apresentação dos projetos tocados pela turma 2018, a primeira do programa.

Foram apresentados nove projetos, sendo cinco capitaneados por servidores do TCE que também participam do programa, e outros quatros de grupos formados por estudantes do IMB. Na ocasião, os envolvidos fizeram uma comparação entre a primeira apresentação, no início do ano, e a situação atual do projeto, detalhando o cronograma e seus objetivos.

O presidente do TCE, Gilberto Jales, enfatizou a importância da parceria com o IMB/UFRN, tanto para a experiência dos estudantes quanto para o desenvolvimento de novas tecnologias para a atividade de controle externo. "Nos dias atuais, a atividade de controle externo é cada vez mais cobrada. A tecnologia ajuda a chegar mais rápida e possibilita mais eficiência à atividade".

Inaugurado em outubro de 2017, o programa de Residência em TI, além da formação e aperfeiçoamento profissional, tem como resultado o desenvolvimento de sistemas de inovação tecnológica que vai contribuir na celeridade e qualificação do controle externo exercido pelo TCE, além de promover avanços em áreas consideradas estratégicas.

Realizado pela UFRN, através do Instituto Metrópole Digital, o curso inspirado nas residências médicas inova ao agregar áreas como direito e tecnologia, promovendo uma aula teórica por semana e nos demais dias investindo na prática, no desenvolvimento de projetos nas organizações envolvidas, no caso o TCE e o TRF.

NATAL TEM BAIXO ÍNDICE DE ACESSO A DADOS ABERTOS

Professor Elias Jacob, da UFRN, apresentou resultado de levantamento realizado pelo Laboratório de Governança Pública

Natal tem um dos piores índices de acesso a dados abertos do Brasil. A conclusão é do relatório Open Data Index, que avalia a política de dados abertos no Brasil, e foi apresentado durante o evento "Como estão os dados abertos em Natal?", realizado na sede do Tribunal de Contas do Estado. O TCE apresentou sua política de incentivo ao controle social com base na disponibilização de dados ao público.

A capital potiguar teve o pior resultado entre as oito cidades avaliadas: Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Belo Horizonte, Porto Alegre, Brasília e Uberlândia, além de Natal. O levantamento foi realizado pelo Laboratório de Governança Pública da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), responsável pela investigação no âmbito local, em parceria com a Open Knowledge Brasil e com a Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (DAPP/FGV), responsável no plano nacional.

De acordo com o professor da UFRN Elias Jacob de Menezes Neto, do Laboratório de Governança Pública, foram avaliados a acessibilidade e a disponibilidade de dados na internet acerca da capital potiguar, independente de que ente público é responsável pela sua divulgação, se federal, estadual ou municipal. "O foco é a cidade e não o município", explicou. Em todos os itens avaliados, os únicos que possuem 100% de acesso e disponibilidade são os resultados eleitorais e a situação das escolas públicas. Por outro lado, a atividade legislativa, o registro de empresas, estatísticas criminal, o transporte público, entre outros itens, tem 0% de disponibilidade e o cidadão não terá como encontrar informações sobre essas áreas na internet.

"Há muita gente interessada em estudar esse tipo de dados. Disponibilizar essas informações é possibilitar que pesquisadores, estudantes, etc, possam trabalhar e desenvolver de políticas públicas baseados em evidências e não em achismo"

O professor apontou que ter acesso a essas informações é um componente essencial para o fortalecimento da democracia, além de que fortalece o campo de pesquisa e a área de avaliação e desenvolvimento de políticas públicas. "Há muita gente interessada em estudar esse tipo de dados. Disponibilizar essas informações é possibilitar que pesquisadores, estudantes, etc, possam trabalhar e desenvolver de políticas públicas baseados em evidências e não em achismo", disse.

O analista de controle externo em Tecnologia da Informação, André Gustavo Almeida, apresentou no evento as iniciativas do TCE para incentivar o controle social a partir da disponibilização de dados ao público. Além de que a Corte de Contas publica as suas próprias informações, como manda a Lei de Acesso à Informação, é possível acessar no site do Tribunal as licitações realizadas pelos jurisdicionados, além dos processos em curso, que hoje estão no formato digital, em sua maioria. "O Tribunal de Contas entende que essa é um caminho para que a própria população possa fiscalizar os gestores públicos, ampliando e fortalecendo o controle externo", disse.

Assistente de Controle Externo, André Almeida, destacou iniciativas do TCE

ATRICON ORIENTA SOBRE LEI DE DEFESA DOS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

A Associação dos Membros de Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) lançou Nota Técnica para orientar os TCs e os jurisdicionados em relação às inovações produzidas pela Lei Federal nº 13.460/2017, que trata sobre a participação e a defesa dos usuários de serviços públicos.

De acordo com o presidente da entidade, Fábio Túlio Filgueiras Nogueira, cidadãos bem informados têm melhores condições de fazer escolhas e de participar da vida administrativa e, deste modo, estarão aptos a auxiliar os órgãos de controle na fiscalizar da aplicação dos recursos públicos. "Nesta relação dialógica, o cidadão auxilia na definição de prioridades, enquanto a avaliação dos serviços, previsto na nova Lei, aponta os principais pontos que devem ser mantidos ou aperfeiçoados".

A Nota Técnica sugere iniciativas em quatro dimensões: adequação das práticas dos TCs, quanto aos diferentes públicos atendidos; orientação aos jurisdicionados, para o atendimento dos requisitos da Lei dentro dos prazos previstos, elaboração de estudos e levantamentos quanto ao cumprimento da normativa e ações de fiscalização na área.

A Lei nº 13.460/2017 entrou em vigor no dia 22 de junho de 2018 para órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com população acima de 500 mil habitantes; no dia 19 de dezembro de 2018 entrará em vigor para os Municípios com população entre 100 mil e 500 mil habitantes; e em 17 de junho de 2019 para os Municípios com menos de 100 mil habitantes.

O material foi produzido por meio de parceria com o Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul, sob a coordenação do conselheiro Cezar Miola, com a colaboração de comissão integrada pelos Conselheiros Dirceu Rodolfo de Melo Júnior, TCE-PE; Paulo Roberto Chaves Alves, TCE-RN; Rafael Sousa Fonsêca, TCE-SE; e Severiano José Costandrade de Aguiar, TCE-TO.

PRINCÍPIOS E DIRETRIZES PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

A normativa estabelece os princípios que devem ser observados na prestação dos serviços. São eles: regularidade, continuidade, efetividade, segurança, atualidade, generalidade, transparência e cortesia.

Entre as diretrizes a serem observadas estão:

- Urbanidade, respeito, acessibilidade e cortesia no atendimento aos usuários.
- Atendimento por ordem de chegada, ressalvados casos de urgência e aqueles em que houver possibilidade de agendamento.
- Igualdade no tratamento aos usuários, vedado qualquer tipo de discriminação.
- Autenticação de documentos pelo próprio agente público, à vista dos originais apresentados pelo usuário.
- Manutenção de instalações salubres, seguras, sinalizadas, acessíveis e adequadas ao serviço e ao atendimento.
- Utilização de linguagem simples e compreensível, evitando o uso de siglas, jargões e estrangeirismos.

Veja a NT completa no seguinte endereço eletrônico: http://www.atricon.org.br/wp-content/uploads/2018/06/Nota-Tecnica-.pdf

SIMPÓSIO ABORDOU ASPECTOS DA ÁREA JURÍDICO-PROCESSUAL

Processo eletrônico, sistema recursal e execução de decisões foram os temas que finalizaram os dois dias do I Simpósio Jurídico-processual do TCE-RN. O evento, coordenado pela Escola de Contas Severino Lopes de Oliveira em parceria com a Consultoria Jurídica, reuniu servidores da casa, representantes de jurisdicionados (especialmente assessores e procuradores municipais), profissionais e estudantes que tiveram oportunidade de conhecer temas atuais e relevantes na área jurídico-processual da Corte de Contas.

O diretor de Atos e Execuções, Eduardo Carneiro Costa, abriu as exposições do dia falando sobre o processo de integração eletrônica do Tribunal de Contas. Ele explicou como o TCE vem se adaptando a essa nova era da comunicação processual. O tema também foi abordado pelo diretor de Informática, Alexandre Damasceno.

Na sequência, o simpósio se voltou para um foco mais jurídico. O consultor jurídico Vinícius Araújo explanou aspectos da defesa e sistema recursal do TCE. Para finalizar, antes dos debates, o assessor jurídico do Ministério Público de Contas, Anderson Sales, proferiu palestra sobre execução das decisões do TCE e os mecanismos possíveis de cobrança de crédito pelos entes.

No primeiro dia, o simpósio foi aberto com a participação do presidente do TCE, conselheiro Gilberto Jales, do diretor da Escola de Contas, Paulo Roberto Chaves Alves, o procurador-geral do Ministério Público de Contas, Ricart César Coelho dos Santos, entre outros. Na abertura, o presidente apresentou aos participantes a cartilha "Conhecendo o TCE", que traz os dados relativos ao tamanho e aos investimentos necessários à atividade de controle externo da instituição.

Pela manhã, foram realizadas duas exposições: o procurador Ricart César Coelho dos Santos explicou o papel do Termo de Ajustamento de Gestão como um instrumento para dar efetividade ao controle externo.Para ele, o TAG se explica na tendência contemporânea de resolução consensual de conflitos, sendo um recurso mais econômico que os trâmites judiciais e dos Tribunais de Contas. Previstos na Lei Orgânica e no Regimento do TCE/RN, a adoção dos instrumentos do TAG seria um meio termo entre a resolução por leigos e a tutela jurisdicional e não exige reconhecimento de culpa. O TAG dispensa autorização do legislativo.

O representante do MPC/RN acredita que o TAG apresenta crescentes vantagens na resolução dos problemas envolvidos no controle das contas públicas. "O instrumento pode contemplar a totalidade, partes ou mesmo assuntos que extrapole o escopo do processo específico, desde que esteja prevendo sempre a melhor solução para a questão em pauta".

Em seguida, o conselheiro e presidente do Tribunal de Contas do Maranhão, José Ribamar Caldas Furtado, falou sobre os julgamentos de contas pelas câmaras municipais e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal a esse respeito, como também o entendimento dos tribunais de contas.

A programação teve continuidade durante a tarde, com o conselheiro substituto do TCE, Antonio Ed de Souza Santana, analisando as "Medidas cautelares e a atuação preventiva do Controle Externo"; a consultora-geral do TCE, Andréa da Silveira Lima Rodrigues, tratando do instrumento das consultas às Cortes de Contas como um instrumento de atuação pedagógica; e a conselheira substituta Ana Paula de Oliveira Gomes, que abordou a sistematização da jurisprudência.

O procurador geral do Ministério Público de Contas abordou aspectos do Termo de Ajustamento de Gestão

UM NOVO CONCEITO: ACCOUNTABILITY VIRTUAL

Um novo conceito sobre accountability – termo da área administrativa associada a mecanismos de controle social,foi apresentado pelo professor David de Medeiros Leite, na décima edição do projeto "Sexta de Contas", realizado no auditório do Tribunal de Contas. "Os controles da administração pública ganham novos e eloqüentes contornos com o surgimento da accountability virtual", ressaltou, lembrando que este movimento nas redes sociais possibilita um novo momento, inclusive de participação dos cidadãos influenciando na definição de políticas públicas mais eficazes e eficientes.

Realizado pela Ouvidoria em parceria com a Escola de Contas, o projeto Sexta de Contas tem como objetivo estimular o controle social, através do debate de temas significativos. "A idéia é também trazer a Academia para dentro do TCE, estabelecendo trocas significativas", disse o presidente do TCE, conselheiro Gilberto Jales, na abertura do evento. "Os tribunais de contas vivem o desafio do controle concomitante, do controle prreventivo – isso traz mais efetividade, e também está incomodando mais – mas este é um desafio não só para o controle externo, mas para a academia e a sociedade", enfatizou.

Nesta perspectiva, foi debatido o tema "Accountability na Administração Pública: Reflexos sobre a Efetividade do Controle Externo". O palestrante, David Leite, pró-reitor de Recursos Humanos e Assuntos Estudantis da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN; mestre em Direito Administrativo pela UFRN e doutorado e pós-doutorado em Direito pela Universidade de Salamanca, abordou o assunto com objetividade, apresentando aos ouvintes os conceitos teóricos e também exemplos práticos de como a questão vem sendo tratada no meio social. "Vivenciamos um período de transição, estamos saindo da chamada sociedade industrial para a sociedade do conhecimento em Rede. E isso é complexo", disse.

O professor explicou a diferença entra a accountability horizontal, exercida por órgãos como o tribunal de Contas e o Ministério Público, e accountability vertical, executada por ONGs e a sociedade, num processo que vem acontecendo desde a Constituição de 1988, com o respaldo e desenvolvimento da tecnologia, definindo o modelo de "accountability virtual", mecanismo de controle social que vem quebrando paradigmas. Para ele, é necessário ir além, diante do cenário que se apresenta no País, sendo preciso desenvolver estratégias de controle do poder político, "Utilizando das novas tecnologias para o exercício do controle social de forma rápida e democrática".

Pró-reitor da UERN, o professor David Leite debateu o impacto da tecnologia para o controle social

Além do presidente do TCE, Gilberto Jales, integraram a mesa diretiva dos trabalhos o diretor da Escola de Contas, conselheiro Paulo Roberto Chaves Alves e o conselheiro substituto, Antonio Ed Santana. Na platéia, além de servidores do TCE, foram registradas a presença de servidores públicos em geral, estudantes de Direito e lideranças, como a presidente da Câmara Municipal de Touros, Isabel Cristina de Melo, que relatou a importância destes momentos, em que aprende muito sobre administração pública. "As minhas vindas ao TCE, participando destas palestras, tem sido muito importantes para minha gestão a frente do legislativo municipal. Antes, não tínhamos nada. Agora, com o conhecimento adquirido, criamos o portal da transparência e tudo que fazemos é organizado, divulgado e acompanhado", relatou.

"Os tribunais de contas vivem o desafio do controle concomitante, do controle prreventivo – isso traz mais efetividade, e também está incomodando mais – mas este é um desafio não só para o controle externo, mas para a academia e a sociedade"

TRIBUNAIS CRIAM GRUPO PARA O APRIMORAMENTO DE CORREGEDORIAS

A coordenadora da Corregedoria do TCE/RN, Marise Magaly Queiroz, integra a equipe

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte é um dos cinco do país que integram o grupo de trabalho técnico que discute o aprimoramento das Corregedorias como instrumento de eficácia do controle externo. Além do RN, Espírito Santo, Mato Grosso, Rio Grande do Sul e Rondônia foram escolhidos a partir do trabalho já realizado no aprimoramento da atuação de suas Corregedorias.

A primeira reunião do grupo foi realizada no TCE do Espírito Santo, onde foram apresentados os normativos e instrumentos das Corregedorias de cada Tribunal.

Ela explicou que o grupo pretende identificar os pontos que o Marco de Medição de Desempenho (MMD) classificou como boas práticas e que os TCs ainda não atingiram. "Queremos verificar o que cada Tribunal tem de melhor e, desse resultado, capitanear para os demais, fortalecendo as Corregedorias", comentou.

Também está na pauta o monitoramento das metas e indicadores para atuação das corregedorias dos TCs, a preparação do Encontro Nacional de Corregedorias; e a proposição de modelos de código de ética para membros e servidores das Cortes. (Com informações da Ascom do TCE-ES).

ESPECIALIZAÇÃO EM CONTROLE EXTERNO

O Tribunal de Contas do Estado em parceria com o Governo do Estado e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte vai realizar um curso de especialização em Métodos Quantitativos Aplicados ao Controle Externo. O curso será oferecido a servidores da Corte de Contas e faz parte do termo de cooperação firmado entre o TCE e o Banco Mundial, como resultado do trabalho de auditoria externa realizada pela Corte de Contas no contrato de empréstimo do RN Sustentável.

Participaram da assinatura o presidente do TCE, conselheiro Gilberto Jales, o diretor da Escola de Contas Professor Severino Lopes, conselheiro Paulo Roberto Chaves Alves, o presidente da Segunda Câmara, conselheiro Francisco Potiguar Cavalcanti Junior, o coordenador do RN Sustentável, Vagner Araújo, além de diretores e servidores do Tribunal de Contas.

Para o presidente da Corte de Contas, a auditoria realizada pelo Tribunal é uma oportunidade de aumentar a expertise dos servidores. "Para o tribunal, é um desafio. Tivemos que capacitar um grupo e criar uma unidade própria para isso. Você ganha de duas formas com essa parceria. Por um lado, você não precisa deslocar recursos para uma auditoria privada. Além disso, o tribunal ganha a grife de estar credenciado pelo Banco Mundial e a própria capacitação, a expertise", disse.

Vagner Araújo acrescentou que a participação do Tribunal de Contas valoriza a própria instituição. "Você cria uma cultura sobre esses acordos de empréstimos internacionais", apontou.

Parceria TCE e Governo do Estado com Banco Mundial viabiliza novo curso de especialização

ROTAS PARA OUVIR
SUA VOZ A SERVIÇO DA CIDADANIA

Para ler a cartilha do projeto Rotas para Ouvir, acesse:

FALE COM A OUVIDORIA DO TCE/RN

0800-281-1935
ouvidoria@tce.rn.gov.br

Os principais assuntos alusivos ao TCE agora na tela da TV

LANÇADO "MINUTO TCE" EM PARCERIA COM TV CÂMARA

A Assessoria de Comunicação Social do Tribunal de Contas lançou mais um produto, em parceria com a TV Câmara Natal. Trata-se do programa "Minuto TCE", uma série de vídeos com objetivo de divulgar o trabalho realizado pela Corte de Contas, levando informação de qualidade à sociedade sobre as ações de controle externo.

As entrevistas estão sendo veiculadas diariamente na grade de programação da TV Câmara. A cada semana um novo tema está sendo abordado por técnicos e membros do Tribunal. A primeira edição explicou o que é o SISPATRI – Sistema de Registro de Bens dos Agentes Públicos; quem deve entregar a declaração; central de atendimento; prazo final entre outras informações.

O "Minuto TCE" também será veiculado na TV Assembleia do Rio Grande do Norte e pode ser acessado no link TV TCE/RN, no site do Tribunal de Contas: www.tce.rn.gov.br

Toda semana será divulgado um novo tema do controle externo

MEMÓRIA DO TCE

2001 | DESPEDIDA

Depois de mais de 30 anos atuando na Procuradoria Geral do Ministério Publico junto ao Tribunal de Contas, o procurador geral Edgar Smith Filho se aposentou, dizendo deixar o MP na hora correta. "Carrego comigo muitas emoções, de tudo que vivi, que passei nesta Casa. Confortam-me as amizades que fiz, que estão acima dos interesses pessoais", disse. O assunto foi matéria na edição do TCE em Pauta de junho de 2001.

2002 | ESPECIALIZAÇÃO

Trinta servidores, no total, retornaram aos bancos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – IFRN, participando do curso de especialização em Auditoria Governamental. Assunto da edição de julho de 2002 do jornal.

2004 | AUDITAGEM-ESCOLA

"A missão do Tribunal de Contas e a responsabilidade dos prefeitos no último ano de mandato", dói o tema da I Auditagem-Escola realizada pela Escola de Contas, reunindo 150 participantes de 47 prefeituras e câmaras municipais da região agreste do Estado. O encontro também seria realizado nas regiões do Seridó, Oeste e Salineira. O evento foi abordado na edição de maio de 2004 do TCE em Pauta.

PRESENÇA NA CIENTEC

TCE participou da Cientec com stand e debate sobre corrupção

O Tribunal de Contas do Estado foi presença marcante na 24ª edição da Cientec – Semana de Ciência, Tecnologia e Cultura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, participando de mesa redonda e stand focando o tema "O dinheiro público é da sua conta" em parceria com instituições como o Observatório Social do Brasil/Natal, Tribunal de Contas da União (TCU), Movimento Articulado de Combate à Corrupção (Marcco) e a Controladoria Geral da União (CGU/Natal), mostrando a importância do controle externo e as ferramentas de controle à disposição do cidadão.

"Temos que contribuir para a melhoria da vida das pessoas, enfrentando a corrupção, este mal presente nas mais diversas instâncias e que drena recursos que são muitos caros e impedem que possa se dar oferta de qualidade às políticas públicas", destacou o coordenador do Marcco e conselheiro substituto do TCE, Antônio Ed Santana, lembrando que o trabalho do controle externo transcende a fiscalização do orçamento e busca alcançar a efetividade das políticas públicas. "A estrutura de descontrole ainda é a regra, sobretudo no interior, não há interesse em profissionalizar a gestão, às vezes o interesse é que continue nesta bagunça", criticou.

De outro lado, o coordenador do Marcco ressaltou que medidas vêm sendo tomadas pelos órgãos de controle de forma a penalizar os envolvidos em atos de corrupção, inclusive com a prisão de políticos e empresários, mostrando com parcerias e inteligência resultados positivos. "Precisa mudar o ambiente, fortalecer o controle externo e o controle social, investir n controle interno, profissionalizar a gestão", enfatizou, lembrando que houve avanço no arcabouço normativo, inclusive com abertura para que todos tenham acesso a informação. "Transparência tem que ser a regra, o sigilo é exceção", lembrou.

Ainda na mesa redonda o presidente do OBS em Natal, Cleber Costa, falou sobre o trabalho executado pela ONG, presente em 133 cidades brasileiras e que tem como missão fazer o acompanhamento dos processos licitatórios, contribuindo assim com a melhoria da gestão pública. O Trabalho realizado no país já resultou, entre 2013 e 2016, numa economia de R$ 2 bilhões aos cofres públicos, atuando com ações preventivas diagnosticando distorções em processos licitatórios em vários municípios do país. A representante do TCU, Vanessa Lopes de Lima, destacou a falta de planejamento e governança por parte de gestores públicos.

No stand, os participantes puderam conhecer mais sobre a atuação do TCE e suas atividades de controle externo no combate ao mau uso de dinheiro público. Buscando promover a interação do TCE/RN com a sociedade, foram distribuídos ao público material informativo sobre a missão e a atuação do Tribunal como a cartilha conhecendo o TCE para que a população conheça mais sobre a estrutura, custos, atuação e resultados do Tribunal de Contas do Estado, além de exemplares da Revista do TCE e do jornal TCE em Pauta.

Para a secretária de controle externo do TCE Anne Emília Costa Carvalho é importante estimular que a população também fiscalize a utilização dos recursos públicos. "Como órgão de fiscalização da aplicação de recursos públicos o Tribunal através da participação no evento tem o objetivo de apresentar trabalhos que já realizou na fiscalização dos recursos públicos, e estimular a sociedade também que por meio do controle social fiscalize esses recursos".

SÍNTESE ORGANIZACIONAL

CONSELHEIRO PRESIDENTE
Antônio Gilberto de Oliveira Jales
CONSELHEIRO VICE-PRESIDENTE
Tarcísio Costa
CONSELHEIRO CORREGEDOR
Carlos Thompson Costa Fernandes
CONSELHEIRO DIRETOR DA ESCOLA DE CONTAS - PROFESSOR SEVERINO LOPES DE OLIVIEIRA
Paulo Roberto Chaves Alves
CONSELHEIRO OUVIDOR
Renato Costa Dias
CONSELHEIRA PRESIDENTE DA 1ª CÂMARA
Maria Adélia de Arruda Sales Sousa
CONSELHEIRO PRESIDENTE DA 2ª CÂMARA
Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior
CONSELHEIROS SUBSTITUTOS
Marco Antônio de Morais Rêgo Montenegro
Ana Paula de Oliveira Gomes
Antonio Ed Souza Santana

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO-GERAL
Ricardo Henrique da Silva Câmara
SECRETÁRIA DE CONTROLE EXTERNO
Anne Emília Costa Carvalho
CONSULTORA JURÍDICA
Andréa da Silveira Lima Rodrigues
CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Diego Antônio Diniz Lima

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE
PROCURADOR-GERAL
Ricart César Coelho dos Santos
PROCURADORES
Luciano Silva Costa Ramos
Carlos Roberto Galvão Barros
Luciana Ribeiro Campos
Othon Moreno de Medeiros Alves
Thiago Martins Guterres

EXPEDIENTE

Assessor de Comunicação Social
Viktor Vidal
Editor
Eugênio Parcelle da Silva
Reportagem
Isaac Lira de Almeida
Produção
Fátima Moraes
Projeto Gráfico e Diagramação
Fernando de Souza Silva
Maria Gabrielle Figueirêdo Xavier
Fotografias
Jorge Filho
Ilustrações
br.freepik

Impressão: Tavares & Tavares Emp. Comerciais
Tiragem 600 exemplares

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Av. Getúlio Vargas, 690
Petrópolis - Natal/RN
CEP 59012-360
84 3642 7278
tce.rn.gov.br
ascomtcern@gmail.com
tcedorn
tce_rn